

REQUERIMENTO Nº , DE 2019

(Do Sr. Júnior Ferrari)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir a prestação de serviços de distribuição, transmissão e comercialização de energia elétrica realizada pela CELPA no Estado do Pará, sobre possíveis infrações e quebra de contrato por parte da Concessionária de serviços públicos na área de Energia Elétrica e a busca de uma solução técnica e/ou tributária para a redução das tarifas de energia elétrica no Estado.

Senhor Presidente,

Requer a Vossa Excelência, nos termos do artigo 24, III, VII, XIV do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e ouvido o Plenário da Comissão, a realização de Audiência Pública **para discutir a prestação de serviços de distribuição, transmissão e comercialização de energia elétrica realizada pela CELPA no Estado do Pará, sobre possíveis infrações e quebra de contrato por parte da referida concessionária de serviços públicos na área de energia elétrica e a busca de uma solução técnica e/ou tributária para a redução das tarifas de energia elétrica no Estado.**

Para efetiva realização desta Audiência, visando disponibilizar o espaço necessário para o debate, dando oportunidade as partes envolvidas de prestar esclarecimentos e outras questões pertinentes, além de dar publicidade ao tema, sejam convidados os ilustres:

- 1. Representante do Ministério de Minas e Energia;**
- 2. Representante do Ministério da Fazenda;**
- 3. Representante do Governo do Estado do Pará;**
- 4. Prefeito Nélio Aguiar (Santarém) – Presidente da Federação das Associações dos Municípios do Estado do Pará;**
- 5. Representante da Procuradoria Geral da República do Estado do Pará;**

- 6. Representante da Eletrobrás;**
- 7. Representante da ANEEL;**
- 8. Representante da Concessionária CELPA;**
- 9. Representante das Associações de Consumidores.**

JUSTIFICAÇÃO

O Estado do Pará é um dos maiores produtores de energia elétrica renovável do Brasil e do mundo. O Estado exporta energia elétrica para quase todos os Estados da Federação através das Usinas de Belo Monte e Tucuruí, mesmo com este perfil o Estado possui uma das maiores tarifas de energia elétrica do País, o que não é admissível.

A Presente Audiência Pública se justifica devido à necessidade de abirmos um debate sério e com todos os setores envolvidos, visando a apresentação de uma solução técnica, ou até mesmo tributária, capaz de reduzirmos de forma significativa o valor das tarifas praticadas pela CELPA e que estão sacrificando demasiadamente a população paraense.

Normalmente os mais sacrificados são pessoas de baixa renda que não estão conseguindo mais pagar as contas de energia elétrica. Além do preço exorbitante, os paraenses ainda tem que conviver com um serviço de péssima qualidade, onde a estabilidade do sistema é baixa e acabam causando outros prejuízos com os constantes picos de energia e apagões.

Também se faz necessário discutir possíveis infrações e quebra do contrato de concessão por parte da CELPA, especialmente no tocante a violação de normas dos direitos dos consumidores quando da fixação das tarifas de energia elétrica aos consumidores.

Outro assunto não menos importante é a busca de uma solução tributária por parte de todos os envolvidos na questão visando a redução dos tributos que incidem sobre o preço final das tarifas, tanto a nível federal quanto a nível estadual, bem como a redução dos percentuais referentes a transmissão.

A implantação de usinas hidrelétricas gera impactos ambientais, sociais, econômicos e culturais nos municípios onde são implantadas, transformando de forma permanente essas regiões. Apesar dos impactos gerados na região onde são instaladas, as usinas hidrelétricas contribuem positivamente para todo o país, fornecendo energia

barata e confiável à partir de fonte renovável, devendo, portanto, ser incentivada a ampliação de seu uso.

É importante destacar que os consumidores localizados em municípios que possuem usinas hidrelétricas tendem a consumir a energia produzida nessas próprias usinas, diminuindo a necessidade de expansão dos sistemas de transmissão, gerando mais um benefício para todo o país.

Para tanto, precisamos, também, debater a redução ou até mesmo a isenção do percentual referente à transmissão de energia elétrica nas tarifas dos consumidores dos Estados produtores de energia. Não é justo que as tarifas pagas por esses consumidores, que contribuem positivamente para a sociedade e sofrem grandes impactos sociais e ambientais, seja a mesma dos consumidores localizados em municípios distantes das usinas geradoras de energia, como ocorre atualmente.

Ante o exposto, solicitamos aos nobres membros deste Colegiado a aprovação deste Requerimento e a imediata realização da Audiência Pública de forma a apresentarmos uma solução urgente ao problema apresentado.

Sala da Comissão, em 01 de fevereiro de 2019.

Deputado JÚNIOR FERRARI
PSD/PA